



INFRA S.A.
ASSEMBLEIA GERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA DE ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50050.001933/2024-82

| | |
|--|--|
| 1. Unidade Demandante: | Procuradoria Jurídica e Superintendência de Orçamento e Finanças |
| 2. Objeto: | Inscrição de até 45 (quarenta e cinco) empregados da Infra S.A. no curso online e ao vivo de Provisionamento de Processos A e Judiciais, com a carga horária de 3 h/a. |
| 3. CATSER/Natureza/Fundamentação Legal: | 3808 - Serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização (art. 30, inciso II da Lei 1 alínea "f", Inciso II, art. 91, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos no âmbito da Infra S.A.). |
| 4. Previsão no PEA: | Embora não esteja prevista no Planejamento Educacional Anual 2022-2023, que encontra-se em processo de prorrogação, a alinhada as competências da unidade demandante. |
| 5. Item do PCA/2024: | Id 2258: Capacitações abarcadas pelo Plano Educacional Anual. |

6. Justificativa:

A Infra S.A., é uma empresa pública que nasceu da incorporação da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. com Planejamento e Logística (EPL) e é responsável por planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas a transferência de tecnologias; prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário aquaviário e aeroviário; e a construção e exploração de infraestrutura ferroviária.

A Infra S.A. tem como objetivo social:

planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário, e a construção e exploração de infraestrutura ferroviária.

Como empresa pública, é obrigação legal fazer a escrituração contábil e levantamento anual de balanço patrimonial e econômico. Essa escrituração deve levar em conta a existência de processos judiciais, administrativos e outras questões que possam representar um passivo. Em cada demanda ou passivo jurídico, as estimativas de provisionamento e contingenciamento devem ser as mais próximas da real exposição da empresa, de acordo com as melhores práticas e normas aplicáveis.

Na Infra S.A. o provisionamento de processos administrativo e judiciais é realizado por meio da Procuradoria Jurídica e Superintendência de Orçamento e Finanças.

O Regimento Interno da Infra S.A., em seu art. 21, descreve as competências da Procuradoria Jurídica:

"Art. 21. Compete à Procuradoria Jurídica:

- I – estabelecer diretrizes e supervisionar a atividade do procuratório da INFRA S.A., bem como representar judicial e extrajudicialmente a empresa;
- II – estabelecer diretrizes, supervisionar a atividade de consultoria jurídica e aprovar manifestações consultivas;
- III – apoiar as ações relativas ao acompanhamento de proposições legislativas e regulatórias que possam gerar impacto jurídico;
- IV – elaborar estudos e preparar informações por solicitação das Diretorias em assuntos de natureza jurídica;
- V – aprovar pareceres jurídicos sobre as matérias afetas ao interesse da empresa, inclusive sobre assuntos relativos a licitações e contratos;
- VI – assessorar juridicamente o relacionamento com órgãos, entidades e parceiros públicos e privados, previamente à celebração de negócios da INFRA S.A.;
- VII – uniformizar e consolidar os entendimentos jurídicos no âmbito interno;
- VIII – receber e encaminhar documentos para órgãos administrativos, regulatórios e Ministério Público;
- IX – receber citações, intimações e notificações judiciais e dar o tratamento devido;
- X – propor a elaboração e o aperfeiçoamento de normas e procedimentos no aspecto jurídico;
- XI – requerer subsídios técnicos à atividade jurídica para qualquer setor da INFRA S.A., fixando prazo para cumprimento;
- XII – apresentar, semestralmente, relatório contemplando o ativo e o passivo jurídico à Presidência; e
- XIII – solucionar controvérsias entre as Subprocuradorias."

Ato contínuo, compete à Superintendência de Orçamento e Finanças, segundo o Regimento Interno:

"Art. 31. Compete à Superintendência de Orçamento e Finanças:

- I – supervisionar a elaboração dos orçamentos anual e plurianual e suas revisões anuais;
- II – supervisionar as ações relativas à gestão e à programação de investimentos anual e plurianual;
- III – promover a articulação com os órgãos federais responsáveis pelas atividades e sistemas de planejamento, orçamentário e financeiro;
- IV – praticar atos de gestão orçamentária, financeira e contábil;
- V – supervisionar ações inerentes à gestão de custos da empresa;
- VI – orientar, coordenar e controlar o cumprimento das leis tributárias aplicáveis à INFRA S.A.;
- VII – gerenciar a disponibilidade e a execução orçamentária e financeira da Companhia;
- VIII – manter atualizado o Rol de Responsáveis junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI;
- IX – manter relacionamento com os órgãos de administração fazendária e fiscal; e
- X – elaborar termo de referência e gerenciar os serviços de auditoria externa."

Os temas abordados no curso guardam correlação direta com as atribuições das unidades, proporcionando aprimoramento de competências e conhecimentos para o provisionamento de processos administrativo e judiciais, para ter maior precisão na classificação do risco e na estimativa de valores de processos, obtendo com isso ferramentas estratégicas de gestão dos processos, bem como prognósticos mais acurados de sua evolução.

Dessa forma, torna-se imprescindível que os colaboradores da Procuradoria Jurídica e Superintendência de Orçamento e Finanças tenham plenas habilidades e conhecimentos para atuarem com maior precisão na classificação do risco e na estimativa de valores de processos, visando a garantir mais eficiência e efetividade em seus trabalhos.

Salienta-se que, no que diz respeito ao Mapa Estratégico da Empresa, em especial na perspectiva de "Pessoas" que tem como objetivo o item 3.2. "Desenvolver, Valorizar, Atrair e reter talentos", a aludida capacitação está totalmente alinhada aos objetivos estratégicos da Infra S.A.



É de fundamental importância para a Infra S.A. manter sua gestão atualizada, qualificada e capacitada para o desenvolvimento de suas funções, visando o alcance dos resultados a ela impostos.

A empresa Radar da Gestão é uma empresa que atua no segmento especializado de gestão jurídica, profissionalizando escritórios de advocacia e departamentos jurídicos em todo o Brasil por meio de consultorias, seleções de profissionais, cursos e outros serviços correlatos.

Atuam em todas as áreas de gestão, abrangendo todas as necessidades de profissionalização, tais como Estratégia e Planejamento dos Serviços, Gestão de Pessoas, Gestão Administrativa, Gestão Financeira e Marketing Jurídico.

A Radar foi fundada em 2016 por sua única diretora, Samantha Albini, que é advogada e especialista em gestão de negócios para atuar em um segmento inovador, o de gestão jurídica, a empresa também se estabeleceu de forma inovadora, no formato não tendo sede física.

Desde o início, a empresa sempre foi orientada pelos seus valores de excelência, atenção ao cliente e resultados práticos. Por isso, nos últimos anos vem expandindo seus negócios e já pode ser considerada como a maior e mais admirada empresa de gestão jurídica do Brasil.

Durante algum tempo, a Radar envidou esforços para se tornar uma franquia e angariou franqueados em todo o Brasil, ministrou treinamentos, conquistou clientes e buscou apoiar seu desenvolvimento o que, no entanto, não ocorreu a contento.

Na mesma época, adveio a pandemia da Covid-19 e a empresa alterou sua estratégia, tendo desfeito as franquias.

De lá para cá, a Radar consolidou sua atuação no formato home office/on line e tem tido excelentes resultados com um modelo inovador de trabalho.

Temos muitos projetos objetivando o crescimento contínuo, mantendo a qualidade dos serviços e do relacionamento com o cliente, tendo uma influência cada vez maior no mercado jurídico.

Consulta realizada em 06/05/2024 às 14:38 <<https://www.radardagestao.com.br/a-radar>>.

Destacamos o currículo da instrutora que ministrará a capacitação:

1. Samantha Albini – Diretora da Radar da Gestão. Consultora especializada em Estratégia e Planejamento de Negócios, com alta especialidade na Gestão dos Serviços Jurídicos. Advogada, especialista em Gestão de Negócios pela FUCPEL. Com experiência no contencioso e consultivo empresariais e de massa, em escritórios de pequeno, médio e grande porte, em departamentos jurídicos de multinacional. Vivência de mais de 20 anos em Controladoria Jurídica e Gerência Jurídica na implantação da ISO 9001 em ambiente jurídico. Professora permanente do MBA Premium em Gestão de Escritórios de Advogados, na OAB/PR. Professora permanente do Curso de Gestão de Escritórios de Advogados, na OAB/PR. Professora permanente do Curso de Gestão de Escritórios de Advogados, na OAB/PR. Membro consultor da Comissão de Gestão e Empreendedorismo da OAB/PR. Autora do livro "Controladoria de Escritórios de advocacia e departamentos jurídicos" (Juruá, 2014), coordenadora e coautora dos livros "Manual da Gestão para Escritórios de Advocacia" (Revista dos Tribunais, 2023).

Conforme pode-se demonstrar a Radar da Gestão possui profissionais com especialização no campo de sua atuação, com títulos de pós-graduação em Gestão de Escritórios de Advogados (SEI 8335073 e 8335076).

A partir do histórico de suas realizações, seu elevado grau de respeitabilidade e admiração, é evidente que o serviço da empresa Radar da Gestão é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação da capacitação pleiteada.

7. Razão da escolha do fornecedor:

| Quantidade Total | Nome(s) do(s) Participante(s) | Lotação | Matrícula |
|---------------------------|-------------------------------|--|-----------|
| Até 45 (quarenta e cinco) | À definir | Procuradoria Jurídica e Superintendência de Orçamento e Finanças | |

9. Dados do Evento

Nome do Evento: Curso in company de Provisionamento de Processos Administrativos e Judiciais – com 3 h de duração no formato on line ao vivo (e disponibilizado gravado até 45 (quarenta e cinco) participantes.

| | |
|---|----------------------------|
| Data de realização (vigência e execução): À definir | Carga Horária Total: 3 h/a |
|---|----------------------------|

Modalidade do evento (on-line, presencial ou híbrido): Online e ao vivo

| 10. Valor da Contratação | | 11. Recursos Orçamentários |
|-----------------------------------|---|--|
| Valor unitário (por inscrição): | R\$ 222,17 (duzentos e vinte e dois reais e dezessete centavos). | Correrão no presente exercício e serão alocados pela Superintendência de Finanças. |
| Total (soma de todas inscrições): | O valor da turma para até 45 (quarenta e cinco) vagas é de R\$ 9.998,00 (nove mil, novecentos e noventa e oito reais) , conforme proposta comercial (SEI 8303630). | |

12. Dados da Instituição/entidade executora do evento

Instituição (razão social): RADAR DA GESTÃO LTDA

Endereço da Instituição: Rua Marechal Deodoro, nº 630, Conj. 1408, 14º andar, Cond. Centro Comercial Ita, Bairro Centro, CEP 80010-010, Curitiba-PR

| | |
|--|---------------------------|
| E-mail: sa@radardagestao.com.br | Telefone: (41) 99975-1951 |
|--|---------------------------|

Proposta de Preços da contratação, com forma de pagamento e outras condições: (SEI nº 8303630)

13. Condições de habilitação

13.1. Nos casos de contratações que tenham como objeto exclusivamente capacitação, poderão ser exigidas apenas as condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos do art. 91 do RILC e do art. 28 da Norma Interna de Licitações e Contratações Diretas no âmbito da Infra S.A.

13.2. Nos termos do art. 47 do RILC a documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

13.2.1. Cédula de identidade, no caso de pessoa física;

13.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, d acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

13.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

13.2.5. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionam pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

13.3. Nos termos do art. 50 do RILC a documentação relativa à Regularidade Fiscal, consistirá em:

13.3.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e

13.3.2. Certificado de Regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

14. Forma e dados para pagamento

14.1. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária (OB), em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da fatura ou nota fiscal devidamente gestor, comprovada emissão dos certificados para cada aluno.

14.2. A nota fiscal/fatura não poderá ser apresentada antes do último dia do mês de adimplemento da obrigação.

14.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas fiscais/fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não CONTRATANTE quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

14.4. No caso de faturas emitidas com erro, a contagem de novo prazo de 30 (trinta) dias será iniciada a partir da data da reapresentação do documento corrigido.

14.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ, dentro da validade, não se admitindo notas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

14.6. Quando aplicável o atendimento do Ajuste do Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais (SINIEF) nº. 7, de 30 de setembro de 2005, será necessário que, a emissão de suas notas fiscais, a CONTRATADA envie o arquivo digital denominado XML com as respectivas notas fiscais eletrônicas emitidas para o seguinte endereço: getri.nfse@infra.gov.br.

14.7. Os contribuintes que não se enquadrarem no estabelecido pelo Ajuste SINIEF nº. 7/2005, por ocasião da assinatura da Ordem de Serviço (OS), deverão elaborar concomitante, declaração à CONTRATANTE informando essa condição.

14.8. Deverá constar na nota fiscal ou fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que lhe s crédito bancário referente ao pagamento.

14.9. Caso ocorra eventual atraso no pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverá essa, mediante pedido da CONTRATADA, proceder com a atualização financeira do valor devid corrigido monetariamente desde a data do efetivo pagamento, com acréscimo de juros de mora à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, calculados pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fó

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira;

TX = Taxa de Juro Anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (i/100)/365$ no qual i = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

14.10. O regime de execução da presente contratação é a empreitada por preço global, ou seja, quando se contrata a execução de obra ou serviço por preço certo e total.

15. Obrigações da Contratante

15.1. Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, que venham a ser solicitadas pela contratada;

15.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

15.3. Supervisionar e monitorar a qualidade didática e pedagógica do curso;

15.4. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

15.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;

15.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

16. Obrigações da Contratada

16.1. Fornecer os certificados de conclusão do curso imediatamente após o encerramento do evento de capacitação;

16.2. Prestar os serviços nas condições pactuadas na proposta de preços, manter as condições de escolha e habilitação;

16.3. Arcar com os custos operacionais da prestação dos serviços;

16.4. Assegurar o cumprimento do conteúdo programático do curso e da metodologia empregada;

16.5. Auxiliar os participantes no decorrer do curso;

16.5. Responder por eventuais danos causados à Infra S.A. e seus colaboradores na execução dos serviços;

16.6. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, em estrita observância das especificações da proposta e do Termo de Referência;

16.7. A contratada deverá observar, na execução do objeto contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos no Decreto nº 9.178/2017, adotar práticas de racional de materiais e serviços, conforme o caso e os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Planejamento, Orçamento e Gestão.

17. Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.2. A Contratada fica obrigada a comunicar à Infra S.A., em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, acidentais ou ilícitos de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.3. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Resoluções de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em conformidade com a legislação aplicável.

17.4. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste instrumento e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

18. Sanções Administrativas

18.1. Comete infração administrativa, a contratada que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução da contratação;
- d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) Cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a INFRA S/A pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado e não prejudiquem o andamento das atividades normais da INFRA S/A.

18.2.2. Multa moratória e compensatória nos seguintes percentuais:

- a) 0,2% a 1% por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a 10 (dez) dias. Após o 10º (décimo) dia e a critério da INFRA S/A, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, na inexecução total da obrigação assumida;
- b) 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação, pela inexecução total do objeto contratado, nos termos deste instrumento.

18.2.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos poderá ensejar, a exclusivo critério da CONTRATANTE, a rescisão da contratação.

18.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a INFRA S/A, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicados às empresas ou ao quando:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a INFRA S/A em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- f) Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução contratual;
- g) Cometer fraude fiscal;
- h) Demais práticas ilícitas previstas na forma deste Termo de Referência.

18.5. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2.

TABELA 1 - PERCENTUAIS

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida |
| 3 | 0,6% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida |
| 4 | 0,8% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida |
| 5 | 1% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida |

TABELA 2 - INFRAÇÃO

| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
|------|---|------|
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência. | 5 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento. | 4 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia. | 3 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia. | 2 |
| 5 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da INFRA S/A, por ocorrência. | 2 |
| 6 | Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia. | 1 |
| 7 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela INFRA S/A, por item e por ocorrência. | 3 |

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada.

18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à INFRA S/A serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, ser a Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a INFRA S/A poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, cc 419 do Código Civil.

18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado e observado o princípio da proporcionalidade.

18.11. Se durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, com administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspeitas (CNEP), Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados (CGU-PJ), conforme o caso.

18.15. Constituem inexecução total ou parcial da contratação, bem como causas para rescisão, as condutas e práticas descritas no RILC.

19. INEXECUÇÃO E RESCISÃO

19.1. A rescisão da contratação poderá ser:

- I - Por resolução, assegurada a ampla defesa e contraditórios;
- II - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para as partes;
- III - Por determinação judicial.

19.2. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, nos termos deste instrumento, enseja a sua rescisão e a aplicação de penalidades, sem prejuízo de demais consequência as previstas em lei ou no RILC da CONTRATANTE.

19.3. Constituem motivos para resolução da contratação:

- 19.3.1. O não cumprimento e/ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- 19.3.2. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- 19.3.3. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- 19.3.4. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à administração;
- 19.3.5. A subcontratação total ou parcial do seu objeto em desacordo com este Termo de Referência, respeitado ainda o disposto no artigo 78 da Lei nº 13.303/16;
- 19.3.6. A cessão ou transferência, total ou parcial do objeto;
- 19.3.7. A fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Termo de Referência;
- 19.3.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 19.3.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 19.3.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 19.3.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- 19.3.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da contratação;
- 19.3.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere este Termo de Referência;
- 19.3.14. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução da contratação;
- 19.3.15. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, sem prejuízo das cabíveis;
- 19.3.16. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- 19.3.17. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/13;
- 19.3.18. A inobservância da vedação ao nepotismo; e
- 19.3.19. A prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CONTRATANTE direta ou indiretamente.

19.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.5. A resolução por culpa da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILC da CONTRATANTE:

- 19.5.1. A retenção dos créditos decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

19.6. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da contratada, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e terá ainda direitos

- IV - Pagamentos devidos pela execução da contratação até a data da rescisão; e
- V - Pagamento do custo da desmobilização.

19.7. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- VI - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- VII - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- VIII - Indenizações e multas.

20. Da Autorização da Autoridade Competente

20.1. Consoante o inciso IV do art. 18 do RILC no âmbito da Infra S.A., a autoridade competente para autorizar diretamente a presente contratação, no limite de alçada de vai artigo retromencionado (**RS 70.000,000 - setenta mil reais**), é o Superintendente Setorial, que aprovará o presente Termo de Referência/Projeto Básico e autorizará a contratação

21. Da Gestão e Fiscalização Contratual

21.1. De acordo com o § 6º do art. 14 da Norma de Gestão e Fiscalização de Contratos, em razão da baixa complexidade da presente demanda, a designação do gestor da contratação será realizada no presente Termo de Referência.

21.2. Fica designado os seguintes empregados para exercerem a fiscalização da presente contratação:

- I - **ELLEN KAREEN DE FRANÇA PINHEIRO**, matrícula SIAPE nº 1247617, como Gestor;
- II - **JULIA PONTES AZEVEDO**, matrícula SIAPE nº 1418263, como Gestor Substituto.

22. Disposições Gerais

22.1. O recebimento do serviço contratado se dará com a entrega dos documentos comprobatórios da execução e da participação dos empregados da Infra S.A., conforme o Termo de Referência.

22.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será preferencialmente formalizada por meio eletrônico, sendo realizada por e-mail institucional, devendo a contratação e o recebimento no prazo máximo de 4 (quatro) horas.

22.3. O contato entre a Contratada e a Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas, será, exclusivamente, através do Gestor da contratação.

22.4. A inobservância dos prazos de entrega sujeitará a Contratada às sanções legais cabíveis.

22.5. A presente contratação vincula-se a este Termo de Referência, ao respectivo processo de inexigibilidade e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

22.6. A presente contratação submete-se ao RILC e a todos os normativos editados pela Infra S.A. aplicáveis ao caso concreto.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)
ELLEN KAREEN DE FRANÇA PINHEIRO
Assessor Técnico III

De acordo. Encaminhe ao Superintendente.

(Assinado eletronicamente)
JULIA PONTES AZEVEDO
Gerente de Estratégia e Desenvolvimento de Pessoas

De acordo.

Aprovo o presente Termo de Referência e **autorizo** a pretensa contratação por atender as disposições do art. 18 e 25, da Norma Interna de Licitações e Contratações Diretas Infra S.A..

Encaminhe à Superintendência de Gestão de Pessoas.

(Assinado Eletronicamente)
CLEBER DIAS DA SILVA JÚNIOR
Superintendente de Gestão de Pessoas

1.



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Dias da Silva Junior**, **Superintendente de Gestão de Pessoas**, em 06/05/2024, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Julia Pontes Azevedo**, **Gerente de Estratégia e Desenvolvimento de Pessoas**, em 06/05/2024, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Kareen de França Pinheiro**, **Assessor Técnico III**, em 07/05/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8335083** e o código CRC **859B8667**.



Referência: Processo nº 50050.001933/2024-82



SEI nº 8335083

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5, Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70.070-010
Telefone: